



CARMENSOUZA
carmensouza.df@dabr.com.br

PRETOS NO TOPO



Educação antirracista o ano todo

» LAURA VIEIRA*

O Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado ontem, é um momento de reflexão sobre a importância de se discutir a formação social do Brasil e as relações de poder. Mas pode ser mais. Novembro também é um convite para o planejamento e o estabelecimento de iniciativas que combatam o racismo estrutural e incentivem políticas antirracistas ao longo de todo o ano, em todas as instituições — incluindo as educacionais.

Por meio da Lei nº 10.639, instituída em 9 de janeiro de 2003 e alterada pela Lei nº 11.645, de 10 de março de

2008, o tema história e cultura afro-brasileira e indígena se tornou um componente curricular obrigatório na educação básica brasileira. Apesar do avanço, há dificuldades. Uma delas, aponta a neuropsicopedagoga Janaína Almeida, é a falta de um alicerce pedagógico.

“A Lei 10.639 ainda está muito geral e distante da realidade do chão da escola, porque muitos professores, por não se identificarem nem negros nem afrodescendentes, dificilmente se apropriam dessas questões”, justifica. “Então, muitas vezes, o trabalho se limita aos professores negros, à semana ou ao dia

da Consciência Negra, e se passa o ano todo sem falar sobre racismo na escola, sem se promover ações.”

Janaína enfatiza que o trabalho é muito mais amplo do que propriamente uma ação de combate e enfrentamento ao racismo. “Consiste em um conjunto de processos, métodos, atividades e ações afirmativas que fortalece, além da luta antirracista, as culturas africana e negra e desmobiliza o racismo estrutural”, defende. Há, no Distrito Federal, iniciativas nesse sentido. Conheça algumas delas.

* Estagiária sob supervisão de Carmen Souza

Arquivo Pessoal



No currículo descentralizado

Em 2018, a professora de artes Daniela Pessoa dava aula para turmas do ensino médio quando percebeu uma resistência, entre os jovens, em falar sobre a cultura afro-brasileira. A baiana de Salvador se surpreendeu. “Desde que cheguei aqui (no DF), já sentia isso. Mas, para mim, foi um choque muito grande”, conta.

Professora e alunos chegaram à conclusão de que, nas escolas, apenas culturas hegemônicas eram estudadas, e veio a ideia de mudar essa dinâmica. “Não centralizamos em uma única cultura, que é o que vem acontecendo há séculos, principalmente na escola, que tem um currículo eurocêntrico. A gente tenta descentralizar esse conhecimento cultural”, conta a criadora do AFRINs EnCena.

O projeto é voltado para encenações das culturas africana, afro-brasileira e indígena, levando às escolas histórias mitológicas pouco abordadas. As representações são feitas por quatro docentes da Secretaria de Educação — André Guarany, Cleiton Jesus, a própria Daniela e Gleide Firmino, 35 —, além da gestora de projetos Lilian Aguiar. “É um trabalho que nasceu na escola e volta para a escola”, comemora Daniela.

Arquivo Pessoal



Em histórias de superação

A ideia de criar o Flor de Ayana surgiu depois que a filha de Danielle Reis, à época com 3 anos, foi vítima de racismo por parte de outra criança. “Quando eu estava grávida, pensei que isso aconteceria, mas foi muito antes”, conta. A professora da educação infantil resolveu, então, escrever uma história para dar vida à Ayana e convidou Flávia Louredo, que presenciou a filha passar por situação semelhante, para ilustrar o livro.

A obra conta o episódio de racismo, mas a partir de um roteiro que aposta que, por meio de uma linguagem infantil, é possível promover transformações sociais na base. E, para ampliar ainda mais esse efeito, a obra virou um curta-metragem traduzido na Língua Brasileira de Sinais (Libras). O trabalho venceu, em 2020, o prêmio de melhor curta feito por professores em um concurso da Secretaria de Educação.

Agora, o trio busca parcerias para espalhar as obras pelas escolas da cidade. O desejo é alcançar o máximo de crianças possível. “Trouxemos protagonistas negros para as crianças se sentirem representadas, para que percebam a potência que elas têm e para que conheçam as suas raízes”, diz Flávia.

Arquivo Pessoal



Na força dos cabelos

O Crespas e Cacheadas surgiu da observação de uma professora do Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia de que muitas alunas se sentiam inseguras em relação ao cabelo afro, geralmente, por vergonha e sentimento de inferioridade. Assim, em 2013, nasceu a ideia de fotografá-las e mostrar a beleza de seus traços e fios.

Seis anos depois, as imagens passaram a ser divulgadas na escola. Inicialmente, no 20 de novembro e com fotos de alunas. Hoje, todos podem participar da iniciativa, que tem desdobramentos ao longo do ano. “Esse projeto veio para empoderar os pretos e as pretas do CEM 02”, diz o diretor Eliel Aquino.

A supervisora Amanda Freire conta que, com os ensaios fotográficos, a escola motiva os alunos a valorizarem os diversos cabelos, aparências e raízes. “Quem ensinou o negro a odiar os próprios traços foi o projeto cruel de eugenia, que destruiu não só os povos, mas a autoestima”, diz. “Aqui, a gente quer que as pessoas se enxerguem como bonitas, que sintam orgulho delas mesmas. Também podemos estar nas capas de revista”.